

Com relação ao indicador de vulnerabilidade familiar, referente a mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, a Região de Integração Baixo Amazonas em 2010, registrou 28,8%, resultado superior à média estadual (23,9%). Dos municípios da região, Alenquer e Faro destacam-se com os maiores percentuais de vulnerabilidade familiar, 37,2% e 36,6%, respectivamente, e, com as menores taxas, Juruti (24,4%) e Santarém (19,2%).

Outro indicador observado foi o percentual de crianças de 10 a 14 anos que se encontravam ocupadas, na semana de referência da pesquisa em 2010, em que o percentual registrado na RI (11,7%) apresentou-se acima da média estadual (10,6%), revelando os municípios de Monte Alegre (23,3%) e Alenquer (14,1%) com os maiores percentuais. Por outro lado, os municípios de Faro com 4,1%, e de Terra Santa com 6,7%, registraram os menores índices de trabalho infantil.

III – DINÂMICA AMBIENTAL

➤ AMBIENTAL

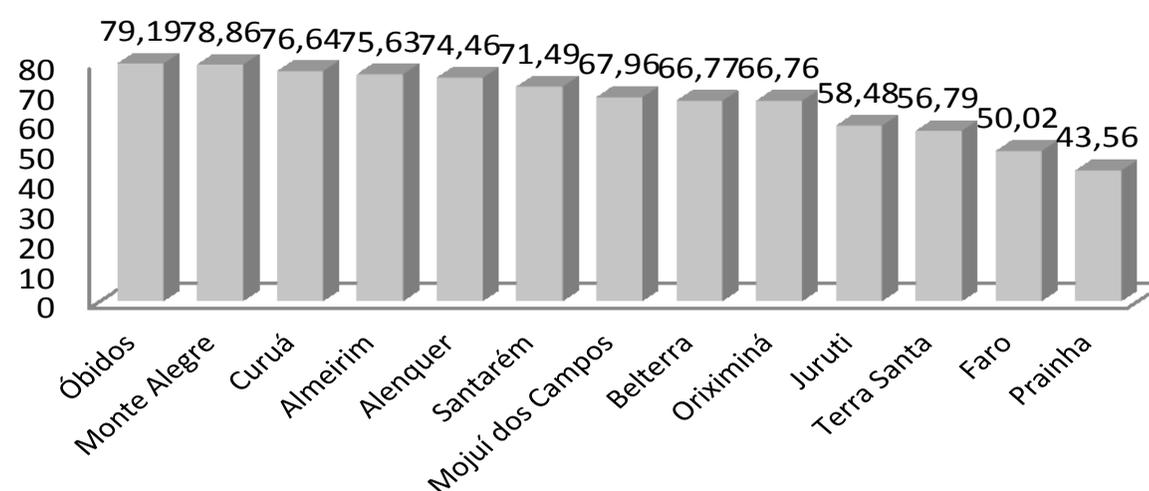
A RI Baixo Amazonas possui grande parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação e Terras Indígenas e projetos de assentamento da reforma agrária dos tipos: PA (Projeto de Assentamento), PAC (Projeto de Assentamento Coletivo), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto Agroextrativista), criados especialmente a partir de 2005, sob responsabilidade do INCRA, e, ainda, Projetos de Assentamento Estaduais Agroextrativistas, os PEAEX. O

desmatamento na região compreende uma área de 19.963, 40 km², o equivalente a 6% do seu território e 8% do desmatamento total do estado em 2013. Nesse contexto, sete dos 12 municípios figuram como “sob pressão”³ na estratégia da política ambiental do governo do estado (Programa Municípios Verdes - PMV): Alenquer, Almeirim, Belterra, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Prainha e Santarém.

No que se refere aos instrumentos de ordenamento do território e regulação ambiental, a região possui Zoneamento Ecológico-Econômico, o que possibilita o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis. Além disso, onze dos municípios da RI aderiram ao PMV, o que possibilita maior integração de ações de combate ao desmatamento e fortalecimento da gestão ambiental. Outro importante instrumento é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), com grande adesão dos municípios, sendo estratégico para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como para o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais, onde seis dos municípios apresentam mais de 70% da área cadastrável efetivamente cadastrada, seis acima de 50%, e um com 43,56%.

³Municípios que estão sob a influência de grandes projetos de infraestrutura e correm o risco de entrar na lista de municípios prioritários do MMA. Os municípios que constam na lista sofrem sanções econômicas e financeiras, como embargo agropecuário, além de serem proibidos de comercializar seus produtos e de receber crédito de instituições oficiais.

➤ Gráfico 5 - Participação da área cadastrada no CAR



Fonte: SEMA, 2015.